



# PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO COMO INSTRUMENTO PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL FORMAL

## POLITICAL-PEDAGOGICAL PROJECT AS A TOOL FOR FORMAL ENVIRONMENTAL EDUCATION

**Marcia Daiane da Silva<sup>1</sup>**  
**Irene Carniatto<sup>2</sup>**  
**Celso Aparecido Polinarski<sup>3</sup>**

<sup>1</sup>Universidade Estadual do Oeste do Paraná,/Colegiado de ciências Biológicas,  
marcia\_daiane20@yahoo.com.br

<sup>2</sup>Universidade Estadual do Oeste do Paraná,/ Colegiado de Ciências Biológicas, irenecarniatto@yahoo.com.br

<sup>3</sup>Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Colegiado de ciências Biológicas, capolinarski@yahoo.com.br

### **Resumo**

Esta pesquisa resulta de um trabalho monográfico desenvolvido com o intuito de verificar o projeto político-pedagógico (PPP) escolar no que se refere às propostas de projetos de Educação Ambiental (EA), confrontando os projetos existentes com as Diretrizes Curriculares Estaduais do Paraná, analisando a viabilidade e a indicação de execução. A pesquisa é de cunho qualitativa, e para a coleta de dados se utilizou análise documental do PPP e entrevista semi-estruturada com a coordenação pedagógica da escola. Com base na análise dos dados pode-se afirmar que as escolas apresentam projetos referentes a EA em seus PPP, estes são desenvolvidos por professores de várias disciplinas; apenas um apresenta o envolvimento com a comunidade. A partir deste trabalho verifica-se a necessidade de ampliar a pesquisa em projetos escolares para auxiliar a compreensão de como a escola atinge e desenvolve suas propostas de ensino.

**Palavras-chave:** Projetos de Ensino; Educação Ambiental; Currículo

### **Abstract**

This research result of a monographic work developed one in order to verify the Political-Pedagogical Project (PPP) school in relation to proposed projects for environmental education, confronting the existing projects with the Curriculum Guidelines of Paraná State, analyzing the feasibility and details of implementation. The research is of qualitative nature, and to collect data was used to examine PPP documentary and semi-structured interview with the coordination of school education. Based on the analysis of data can be said that schools have projects for PPP in their EA, they are developed by teachers from

several disciplines, only one has involvement with the community. From this work there is a need to expand research in school projects to help the understanding of how the school achieves and develops its proposals for education.

**Keywords:** Projects in Education; Environmental Education; Curriculum.

## INTRODUÇÃO

O projeto político-pedagógico (PPP) é um documento que reflete o posicionamento da escola frente à sociedade. Assim sendo, não pode ser estático, sofre constantes mudanças na busca por melhorar a qualidade escolar. Para Veiga (2003, p. 271) “o projeto político-pedagógico é visto como um documento programático que reúne as principais idéias, fundamentos, orientações curriculares e organizacionais de uma instituição educativa ou de um curso”.

Silva (2003) define PPP como:

Um documento que pressupõe relações de interdependência e reciprocidade entre dois pólos, elaborado coletivamente pelos sujeitos da escola e que aglutina os pensamentos políticos e filosóficos em que a comunidade acredita e os quais deseja praticar; que define os valores humanitários, princípios e comportamentos que a espécie humana concebe como adequados para a convivência humana; que sinaliza os indicadores de uma boa formação e que qualifica as funções sociais e históricas que são de responsabilidade da escola (SILVA, 2003, p. 296).

O PPP deve ter caráter inovador e articulador, permitindo ser um meio coletivo para integrar, criar e buscar alternativas para os diferentes momentos do trabalho pedagógico. O PPP é a identidade da escola, portanto, “articular, elaborar, construir projeto próprio, implementar e aperfeiçoar constantemente, envolvendo de forma criativa e prazerosa [...] num processo coletivo, é um grande desafio” de acordo com Veiga (1995, p. 48).

A formulação e a construção do PPP seguem as orientações contidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seus artigos 12, 13 e 14. O PPP apresenta algumas características fundamentais, entre elas: ser elaborado em prol da democratização da escola, orientando a reflexão e ação da mesma; estar voltado para a inclusão com a finalidade de atender a diversidade de alunos, comprometendo-se com os desafios do tratamento das desigualdades educacionais e do êxito e fracasso escolar, quando elaborado, executado e avaliado, favorecendo situações que afetam o andamento da instituição educativa como diálogo e cooperação (VEIGA, 2003).

Há necessidade de cada escola construir seu PPP, e ao administrá-lo dentro da sua realidade, confere a cada escola uma característica única, pois é formulado para atender as necessidades do seu público. Devendo ser considerado como um processo em construção, que exige constantes discussões e aperfeiçoamentos, com resultados gradativos e não imediatos. A construção do PPP na escola pública deve ser feita de forma democrática; guiar-se em princípios de igualdade, permitindo a todos os cidadãos as mesmas condições de acesso e permanência na escola, garantindo qualidade de ensino a todos (VEIGA, 1995).

Um dos elementos constitutivos do PPP é o currículo, o qual se refere aos conteúdos a serem trabalhados na escola. Vários autores, destacamos Paulo Freire e Veiga, quais

consideram que o currículo deve nortear eixos centrais, quais são: o que ensinar? Como ensinar? E a quem ensinar?

Uma forma atraente de trabalhar os conteúdos das disciplinas curriculares é desenvolver projetos, os quais auxiliam a organização do conhecimento na sala de aula e permitem dar forma e conteúdo ao processo de ensino (HERNÁNDEZ; VENTURA, 1998).

Um projeto pedagógico não deve ter somente as idéias do professor, é muito importante a participação dos alunos na definição dos temas. Todas as etapas devem ser discutidas, com a delimitação clara do papel de cada um. Essa participação cria um comprometimento e uma responsabilidade compartilhada quanto à execução e ao sucesso do projeto. Assim, um projeto não deve ser tarefa determinada pelo professor, mas sim eleito e discutido por todos, professores e alunos. É possível desenvolver projetos individuais, em duplas ou outros mais amplos, que envolvam grupos maiores de alunos; ou ainda, mobilizar uma classe, uma determinada série, ou mesmo toda escola (BRASIL, 2000).

O ensino por meio de projetos, além de consolidar aprendizagem, contribui para a formação de hábitos e atitudes e para aquisição de princípios, conceitos ou estratégias que podem ser generalizadas para situações alheias à vida escolar (BRASIL, 2000).

A construção do projeto engloba esforços e media várias relações dentro da escola (trabalho pedagógico, administrativo, financeiro e da comunidade escolar). Esse esforço possibilita ao PPP envolver os ideais e os anseios da comunidade escolar, e, sobretudo permitir que a escola faça suas escolhas a respeito da melhor forma de educar todos, exercendo sua autonomia (HERNÁNDEZ, 1998).

Segundo Hernández e Ventura (1998) o tema gerador do projeto pode estar previsto no currículo da escola, originar-se de um fato ou um problema proposto pela professora e/ou pelos alunos, ou de um assunto que ficou pendente em um projeto. Uma vez escolhido o tema, deve lançar-se hipóteses quanto a sua elaboração, de maneira que seus objetivos fiquem claros para que o projeto possa responder as perguntas e ao problema que o gerou.

As atividades educacionais devem ser decorrentes das experiências vividas pelos educandos, centrada na discussão de temas sociais, visando sempre analisar os problemas ligados a realidade do educando. Dessa forma, o educador e o educando passam a fazer parte de um único contexto educacional, onde ambos aprendem permanentemente (FREIRE, 1996).

Ao analisar os espaços escolares, especialmente o PPP, permite olhar para a escola como um local onde a educação acontece, possibilitando a reflexão de como ela incide. Por ser o PPP um documento de fundamental importância no funcionamento escolar, e a Educação Ambiental (EA) como fundamental na sensibilização do indivíduo aos problemas ambientais, encontra-se nos projetos destes uma forma de se instituir a EA de maneira abrangente e continuada na escola.

A lei nº. 9.795, de 27 de abril de 1999, dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental e estabelece que a educação ambiental é essencial e deve compreender todos os níveis de ensino em caráter formal e não formal dando enfoque ao humanismo a sustentabilidade e ao despertar da consciência sobre os problemas ambientais.

A educação ambiental, segundo Pádua (1997), é a preparação das pessoas para a vida tornando-as capazes de compreender e cuidar do meio com pensamento global. É a aprendizagem de como melhorar as relações entre a sociedade os seres humanos e a

natureza. Pode-se dizer que é a educação para evitar, resolver ou minimizar os problemas ambientais do meio no qual estamos inseridos.

A legislação da Política Nacional de Educação Ambiental entende por educação ambiental formal a educação que ocorre no meio escolar estando presente nos currículos escolares das instituições de ensino público e privado. Instituído que a EA não deve ser implantada como disciplina específica do currículo escolar devendo ser desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente.

Uma forma de se instituir a EA de maneira abrangente e continuada na escola é inseri-la por meio de projetos pedagógicos. O desenvolvimento de projetos é uma forma de facilitar o processo de aprendizagem, proporcionando ao aluno vivência de situações fora da sala de aula. Assim, o desenvolvimento deste projeto auxiliará a compreensão de como as escolas estão proporcionando a formação de seus alunos frente à temática de Educação Ambiental em seus Projetos Pedagógicos.

Objetivou-se neste trabalho verificar o Projeto Político-Pedagógico escolar no que se refere às propostas para as atividades de Educação Ambiental, analisando a viabilidade e a indicação de execução. Também foi caracterizado a forma de gestão e a abordagem curricular das atividades propostas no PPP verificando se ocorre relação escola/comunidade em algum momento do desenvolvimento dos projetos de educação ambiental.

## **MÉTODOS DE PESQUISA**

O trabalho de pesquisa foi desenvolvido pela análise qualitativa (BAUER; GASKELL, 2002) do PPP de dois Colégios Estaduais de Ensino Fundamental e Médio do município de Cascavel-Pr, intitulados neste, como colégio A e colégio B para manter a privacidade das instituições e o caráter ético da pesquisa. Utilizamos para a análise o PPP do ano de 2007, pois em um colégio o PPP não foi atualizado para o ano de 2008 e em outro colégio, até o período em que estivemos em coleta de dados para a pesquisa, o PPP não havia retornado com as devidas correções da Secretaria de Estado do Paraná.

A coleta de dados foi realizada em duas etapas:

A primeira etapa constitui-se de uma análise documental do PPP das duas escolas para verificar o perfil político do documento e a estrutura básica que o compõe (título, identificação do proponente, justificativa, objetivos, população alvo, metodologia a ser utilizada, ações a serem desenvolvidas, período e tempo de realização, cronograma de execução, resultado esperado). Nesta etapa, fez-se também, a verificação da presença de projetos propostos pela escola no documento.

Lüdke e André (1986) consideram a análise documental uma fonte de coleta de dados rica e estável, pois persistem ao longo do tempo, podendo ser consultada várias vezes, além de constituir-se uma valiosa técnica para abordagem de dados qualitativos. De acordo com estes autores o documento utilizado para esta pesquisa é do tipo técnico.

Para a análise dos projetos propostos pelas escolas que contemplam os objetivos deste trabalho, utilizou-se dos seguintes critérios: a) Existem projetos que se referem à EA; b) Para quais disciplinas o projeto é proposto; c) O(s) projeto(s) tem envolvimento com a comunidade; d) O(s) projeto(s) foi elaborado para ser trabalhado no formato disciplinar ou interdisciplinar.

A segunda etapa constituiu-se da verificação de como o corpo escolar elabora estes projetos bem como sua viabilidade durante a execução. Para isso foi realizada uma entrevista semi-estruturada com uma coordenadora pedagógica de cada respectivo colégio.

Segundo Lüdke e André (1986), a entrevista constitui uma importante ferramenta para coleta de dados, pois proporciona maior interação entre o entrevistador e o entrevistado, especialmente nas entrevistas semi-estruturadas, “que se desenrola a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações” (p. 34). Ressaltando ainda, que a forma de registro também influencia na coleta de dados, a entrevista quando gravada, permite ao entrevistador voltar toda sua atenção ao entrevistado e ainda registrar toda a fala do indivíduo, sem cortes. Desta forma, optamos por coletar os dados da entrevista por meio de áudio-gravação em MP3.

As entrevistas iniciaram-se com a apresentação dos objetivos do trabalho para que os entrevistados fossem informados da seriedade do mesmo, deixando-os cientes que poderiam aceitar ou não se sujeitar a participar da pesquisa. Feito isto, e após o consentimento dos mesmos, iniciaram-se as entrevistas, sendo estas transcritas na íntegra após a realização.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **Análise dos PPPs referente à proposta de projetos de Educação Ambiental**

Ao analisar o PPP das escolas A e B pode-se verificar a existência de projetos que contemplam a Educação Ambiental.

O Colégio A, de oito projetos que constam no PPP, apenas um é voltado a EA, intitulado “Consumo consciente de água potável”. Este projeto é proposto para as disciplinas de ciências, biologia e “demais disciplinas”, porém não cita quais as outras disciplinas. Não teve envolvimento com comunidade, pois a metodologia refere-se a atividades desenvolvidas pelos professores limitadas dentro da escola (experimentos, exposição teórica, textos informativos, maquetes...). O cronograma indica uma palestra oferecida por um profissional da Sanepar, não especificando se os alunos irão até a Sanepar, ou se ocorrerá na escola. Também não determina o público alvo, se somente alunos, se para os pais/responsáveis, ou se para toda comunidade escolar.

De acordo com o entendimento da breve metodologia, apresentada no projeto, se entende que seria aplicado de forma interdisciplinar, contudo, para assegurar se este foi desenvolvido com essas características necessitaria analisá-lo durante sua execução.

O Colégio B tem 5 projetos em seu PPP e destes, um refere-se a EA, denominado “Preservação e conservação do Rio Quati”. É proposto para as disciplinas de ciências, Biologia, Química, Física, Geografia, História e Matemática. A proposta não evidencia o caráter disciplinar do projeto, o desenvolvimento explica somente que o projeto será apresentado aos alunos pelos professores das disciplinas envolvidas, sem delinear o enfoque que cada disciplina fará. Portanto, seu caráter interdisciplinar, não pôde ser avaliado apenas com análise do documento.

O envolvimento com a comunidade pôde ser observado na descrição do desenvolvimento do projeto, pois este descreve que “os alunos farão uma visita as margens do rio Quati para observação e levantamento dos problemas. Em seguida os alunos aplicarão um questionário junto à comunidade que mora próximo as margens do rio Quati para a busca de soluções dos problemas observados.” De acordo com o documento, este projeto tem o intuito de provocar consciência crítica às questões ambientais, como se expressa em um de seus objetivos “desenvolver no aluno atitudes de preservação

ambiental.” O trabalho que a escola afirma fazer com os alunos pode ser referendado por Veiga (2003) qual afirma que a escola é o local de desenvolvimento da consciência crítica da realidade.

O rio, qual o projeto se refere, localiza-se no bairro em que o colégio está situado, nas proximidades do colégio. Este rio apresenta alterações ambientais devido principalmente à ação antrópica.

### **Entrevistas realizadas nas escolas**

Com o intuito de saber como ocorreu a elaboração do PPP, questionamos os entrevistados quanto a propostas discutidas no PPP?

Colégio A: “O núcleo passa para as escolas a proposta da SEED, e a escola por si, vai se reunir, vai estudar e vai ver se quer ou não aderir a elas, não é imposição, é uma sugestão e o núcleo assessora as escolas.”

Colégio B:

Na verdade o PPP é elaborado pela comunidade escolar, professores, equipe pedagógica. É elaborado na escola de acordo com a realidade da escola, com o tipo de aluno que tem, só que ele tem que passar pelo núcleo, tem que ter a aprovação do NRE e lá às vezes eles passam alguns encaminhamentos, algumas sugestões para sempre melhorando, mais eles não tiram a autonomia da escola em estar trabalhando de acordo com a sua realidade.

A autonomia é delegada às escolas públicas no Brasil e responsabilizam individualmente cada unidade escolar e os profissionais que nela atuam pela inclusão ainda que formal dos excluídos (Monfredini, 2002).

Segundo Monfredini:

Ainda que os projetos pedagógicos se traduzam em diferentes e inúmeras iniciativas, a maioria delas prevê o envolvimento dos professores em sala de aula. Geralmente as escolas planejam as ações com base na escolha de uma temática central — tema gerador — que orienta o planejamento de palestras, seminários, atividades com os pais e a comunidade e o trabalho dos professores nas respectivas disciplinas. A maioria dos professores se envolve com estes temas na própria sala de aula. Ou seja, de acordo com a temática central, privilegiam determinados conteúdos do programa a serem trabalhados com os alunos (Monfredini, 2002 p. 50).

A liberdade dada ao professor em escolher um tema central e enfocá-lo dentro de determinado conteúdo, nada mais é do que o exercício da sua autonomia que é essencial para que possa abranger os problemas da sua escola e comunidade favorecendo como diz o autor a inclusão dos excluídos. Esta não pode ficar desvinculada da situação social. Segundo Veiga (2003) a autonomia da escola promove a ela capacidade de delinear sua própria identidade.

As sugestões indicadas pelo núcleo para a elaboração do PPP escolar refletem de variadas formas na elaboração do mesmo e é uma opção da escola decidir se vai aceitar ou não, como pode ser observado nas palavras da coordenadora do colégio A: “A escola estuda as proposta, discute, analisa e vê se vai aderir ou não. Depende a necessidade, se aquela sugestão está de acordo com a necessidade da escola.”

Em complemento a postura do colégio A, o colégio B afirma que a escola também tem que trabalhar segundo alguns conteúdos determinados pelo Ministério da Educação (MEC). Estes conteúdos aos quais a coordenadora se refere, compõem a Base Nacional Comum, prevista na LDB, artigos 26 e 27.

No colégio A quem participa da elaboração e da execução do PPP são os professores, e os funcionários participam em alguns momentos. A comunidade participa somente da execução. No colégio B quem participa da elaboração são os professores e equipe pedagógica, e as questões que norteiam a elaboração do mesmo são baseadas na realidade na qual a escola está inserida, levando em conta os pais os alunos. Na execução, relata a coordenadora que:

a gente quando elabora procura por em prática, muitas vezes nem tudo se consegue, por que no papel é uma coisa, mas às vezes na prática nem sempre se consegue, mais dentro do possível a escola procura, até por que é um norte, então não podemos fugir daquilo ali.

As palavras da coordenadora concordam com o que Veiga (1991, apud Veiga 2003, p.82) ressalta “uma coisa é estar no papel, na legislação, na proposta, no currículo e outra é estar ocorrendo na dinâmica interna da escola, no concreto.” Entende-se que o PPP quando elaborado pelos professores e equipe pedagógica, mesmo que visando contemplar a realidade da comunidade acaba ganhando a dimensão dada e evidenciada pelos educadores aos problemas da comunidade. O colégio A inclui no seu projeto pedagógico a participação dos funcionários, pois algumas questões entre a escola e os pais e/ou alunos, são resolvidas pelos funcionários da administração. Com a participação destes na elaboração do PPP escolar, a mesma pode melhorar o atendimento aos pais e alunos e assim poder minimizar ou superar problemas.

Segundo Brasil (2000), o PPP quando elaborado apenas por especialistas não representa os anseios da comunidade escolar, por isso deve ser entendido como um processo que inclui as discussões sobre a comunidade local, as prioridades e os objetivos de cada escola e os problemas que precisam ser superados, por meio da criação de práticas pedagógicas coletivas e da co-responsabilidade de todos os membros da comunidade escolar. Esse processo deve ser coordenado e acompanhado pelos Conselhos Escolares.

Os Conselhos Escolares são órgãos colegiados compostos por representantes das comunidades escolar e local, que têm como atribuição deliberar sobre questões político pedagógicas, administrativas, financeiras, no âmbito da escola. Cabe aos Conselhos, também, analisar as ações a empreender e os meios a utilizar para o cumprimento das finalidades da escola. Eles representam as comunidades, escolar e local, atuando em conjunto e definindo caminhos para tomar as deliberações que são de sua responsabilidade.

Como vários autores afirmam, bem como Brasil (2000) e corroboramos com a idéia que para a elaboração coletiva de um projeto educativo, é importante considerar: a experiência acumulada pelos profissionais da educação de cada escola, a cultura da comunidade e os currículos locais, a troca de experiências educacionais, uma bibliografia especializada, as normas e diretrizes do seu sistema de ensino e as próprias Diretrizes Curriculares Nacionais ou Estaduais como é o caso do Estado do Paraná. Todos esses aspectos devem ser considerados visando sua coerência com o projeto de sociedade que se tenta construir, ou seja, um projeto de sociedade efetivamente comprometido com os

interesses e as necessidades da grande maioria excluída do exercício de uma cidadania plena.

Quanto à presença de projetos em EA no PPP o colégio A, diz que possui um projeto extra-classe, que é bem simples por que já foi incorporado como conteúdo curricular e está na maioria das disciplinas, mais principalmente em ciências, biologia e geografia.

A entrevistada do colégio B afirma ter projeto em EA, denominado “projeto do Rio Quati”, que trabalha com plantio de árvores e limpeza do rio, ele aconteceu durante todo ano de 2008. A escola também desenvolve o projeto de reciclagem do lixo. Através da análise do documento constatamos que este projeto não consta no PPP. Tivemos conhecimento da sua existência e execução somente no momento da entrevista. Segundo a coordenadora o projeto funciona da seguinte forma: “os alunos trazem os materiais, neste ano estamos trabalhando só com garrafa pet e latinhas, foi feito inclusive uma gincana para estimular os alunos a trazer de casa, foi arrecadado bastante. Então nós temos o projeto da reciclagem do lixo e do rio Quati.”

O relato da entrevista do colégio A diz que todos os projetos descritos no PPP são executados se é alguma coisa que não dá para executar nem se tenta. Com relação ao projeto de EA, surgiu apenas de uma necessidade da escola.

O colégio B elaborou seu projeto a partir de uma necessidade da comunidade e da escola, como relata a coordenadora “porque também envolve a casa do aluno, o seu quintal”, ela diz ainda que, “o que se coloca no PPP na questão dos projetos normalmente ele é executado, procura-se, os que temos no PPP são executados.”

De acordo com o conceito do MEC, “projeto escolar é um conjunto de ações planejadas, de caráter educativo, social, cultural e científico, que visa a alcançar determinados objetivos, especificados por meio de metas, num período de tempo e espaço pré-estabelecidos.”

Os projetos devem partir de uma situação-problema, de questões que envolvem o cotidiano dos próprios educandos (HERNÁNDEZ; VENTURA, 1998). Os projetos de trabalho devem refletir o contexto social, exigindo mudanças de visão de mundo, que devem estar inseridas na escola por meio dos conteúdos curriculares (SANTOS; COMPIANI, 2007).

Segundo Gadotti (1997), todo projeto supõe quebra e planejamento entre presente e futuro. Projetar significa tentar sair de um estado confortável para um período de instabilidade. Um projeto educativo pode ser determinado por rupturas estabelecidas pelo mesmo e pelo comprometimento de seus atuantes. O projeto pedagógico é algo inconcluso, por isso é também político, pois trata-se de um plano de ação da escola, determinado por seus elaboradores que sofre constantes mudanças para atender ao público escolar.

Os projetos pedagógicos desenvolvidos pelo colégio A são elaborados por professores e alunos. No colégio B os envolvidos na elaboração dos projetos são os professores e a equipe pedagógica, os alunos estão só na execução.

Para Severino (1998) o projeto pode ser articulado pelo educador de forma pessoal, dando a ele caráter “global”, identificando-se com os interesses de todos, ou um projeto “egoístico”, que se identifica com os interesses de poucos. Neste segundo caso, o trabalho sofrerá crítica e resistência. O projeto deve ser elaborado para viabilizar as relações sociais, entendidas como referências fundamentais para o ser humano: cidadania e democracia. Um projeto ganha caráter interdisciplinar quando está centrado em uma intenção, que deve estar definida em seus objetivos.

As atividades descritas no PPP do colégio A, como afirma a coordenadora, são executadas na maioria das disciplinas, mais principalmente em ciências, porque o professor de matemática é o que mais resiste a esses temas, mais o mesmo de vez em quando também colabora. A entrevistada do Colégio B afirma que tem procurado trabalhar de forma interdisciplinar, porque envolve toda a escola. Tem coisas que vai pra fora da sala, como o projeto do rio e da reciclagem, que acaba envolvendo os pais também.

O aumento do interesse pelo ensino interdisciplinar ocorreu juntamente com uma mudança na maneira de pensar o processo de ensino aprendizagem. Antes: domínio, produto, controle; agora se fala em diálogo, processo, questionamento (KLEIN, 1998).

Para Pires (1998) a interdisciplinaridade promove a superação da desarticulação entre a teoria e a prática. Quebra a rigidez em que se encontram as disciplinas, é uma conceituação comum entre as disciplinas dos currículos escolares. Lenior (1998) considera que o termo interdisciplinaridade é uma interação entre as disciplinas e exige a fusão dos conteúdos de diferentes matérias “a interdisciplinaridade pressupõe a existência de ao menos duas disciplinas como referência, e a presença de uma ação recíproca” (p. 46).

Para Oliveira (2000) o grande desafio para projetos em EA formal é converter o caráter disciplinar da estrutura curricular para um tratamento interdisciplinar as questões ambientais, tornando o conteúdo multidisciplinar. Para isto, sugere-se a busca por alternativas metodológicas, entre elas está à formulação de um projeto pedagógico que reflita a realidade em que a escola esta inserida.

Ao buscar compreensão sobre a interdisciplinaridade dos projetos presentes no PPP de cada escola, observamos que estes apresentam um trabalho de multidisciplinaridade, o qual é definido por Pires (1998), como um trabalho conjunto pelos professores entre as disciplinas, em que cada uma trata de termos comuns, sob a sua própria ótica, articulando algumas vezes, bibliografia, técnicas de ensino e procedimentos de avaliação.

Em termos gerais esta prática é a mais difundida dentro das escolas, e é confundido com o termo interdisciplinaridade pela maioria dos professores. Devido a amplitude do assunto caberia aqui, uma discussão mais aprofundada sobre o caráter disciplinar de cada projeto, porém este não se constitui como um dos objetivos do trabalho.

No colégio A os projetos do ano de 2008 não tem envolvimento com a comunidade, só com os alunos. No colégio B este envolvimento é presente, como verificado na fala da entrevistada: “tem porque eles vão porque eles vão lá ao rio plantar árvores, vão lá de vez em quando ver como esta, acompanhando o rio.”

A escola nasceu da comunidade e para atender às necessidades da comunidade, sendo assim, o trabalho realizado pela escola, precisa acolher os anseios da comunidade por meio das atividades desenvolvidas no ambiente escolar. Pois a comunidade foi e é o pilar que sustenta a proposta pedagógica. “Quando contemplada no processo educativo, dá credibilidade. Quando esquecida, depõe contra a sua eficácia.” (LOURENÇO *et al.*, 2003).

Finalizando a entrevista, questionamos quanto à contribuição de tais projetos, em relação a melhorias dentro e fora da escola, ou seja, na comunidade. A entrevistada, do colégio A, afirmou que espera ter alcançado os objetivos pretendidos quando elaboraram os projetos, porém ainda não observaram resultados significativos, mesmo porque a escola esta em reforma, com certa desorganização, mais o objetivo é que participem do projeto e que isso reflita lá na casa deles, na comunidade. De uma forma geral, comenta a coordenadora, “o resultado que agente vê da sociedade não é tão positivo, fala, fala, fala, mais a coisa continua, muito lixo, acho que isso é cultural, vai demorar muitos anos para mudar”. No colégio B, a entrevistada comenta que:

Com a questão do meio ambiente agente vê que nos alunos forma essa consciência, porque é um processo não é com um projeto hoje que o aluno vai mudar a mentalidade dele, mais a gente observa que tem surgido efeito sim, eles falam com as famílias com os pais, como a questão da dengue, do lixo no quintal, os alunos levam isso que eles aprendem na escola pra família pros pais e acaba refletindo na comunidade. Tem dado resultado sim.

As diretrizes do Paraná descrevem que o encaminhamento metodológico dos conteúdos deve ser tratado dentro da realidade local e dar preferência aos problemas locais, sendo estes ampliados para problemas mais abrangentes. O professor deve priorizar temáticas ou projetos que propiciem ao aluno um saber especialista (PARANÁ, 2006).

Para as diretrizes no conteúdo estruturante “ambiente” deve-se abordar os fenômenos naturais envolvidos nos desequilíbrios ecológicos, como por exemplo: o efeito estufa, buracos na camada de ozônio, chuva acida, desmatamentos, aquecimento global, poluições entre outros. Propõe também que sejam tratadas as causas e as conseqüências desse desequilíbrio para o ser humano, para os demais seres vivos e para o ambiente.

Dias (1999), considera que a EA deve contribuir para a interpretação dos fenômenos ambientais, desenvolvendo um espírito de responsabilidade que garanta a conservação e melhoria do meio ambiente.

Percebemos assim, que o colégio B direcionou o seu projeto, embasado nas diretrizes estaduais, ou seja, para uma questão local e depois para tópicos de maior abrangência dentro dos fenômenos naturais acima citados, pois a poluição do rio afeta aos moradores das proximidades do rio e a comunidade em geral, pois a água poluída do rio é tratada e retorna as torneiras das casas de toda população.

O colégio A, desenvolve seu projeto apenas dentro da escola, o qual consiste em levar os alunos a observar o lixo que eles jogam no pátio do colégio depois do recreio, para que notem as conseqüências dos seus atos em jogar o lixo no chão, em deixar a torneira pingando... A coordenadora considerou na entrevista que este projeto não envolveu a comunidade. Mas, acreditamos que este projeto pode refletir na comunidade, pois, a partir do momento que o aluno é sensibilizado para tal questão, ele adquire o hábito que será expresso em qualquer local, como também depois do despertar da consciência, este passa a cobrar dos indivíduos que estão próximos a ele (amigos, familiares, vizinhos).

Para Dias (1999), e corroboramos com essa idéia de que a EA deve ser orientada para a resolução dos problemas do meio ambiente com trabalhos interdisciplinares com participação ativa e responsável de cada individuo e da coletividade. Auxiliando também para a formação da consciência critica sobre as questões ambientais.

## **CONCLUSÃO**

Com base na análise que foi desenvolvida neste trabalho, pode-se afirmar que os PPPs apresentam projetos relacionados à temática de Educação Ambiental, envolvem professores de várias disciplinas, mas não evidencia o caráter disciplinar (disciplinar, multidisciplinar, interdisciplinar ou transdisciplinar). A característica de um PPP é de ser um documento que auxilie a compreensão de como a escola esta desenvolvendo a sua proposta de ensino, porém, sem uma definição exata de como o trabalho deve ocorrer possibilita o afastamento de alguns professores que não assumem os projetos das escolas como algo que ele também tenha que participar.

Na relação comunidade escola percebe-se que um colégio apresenta um projeto sendo desenvolvido juntamente com a comunidade, conotando-se que a escola esta ciente da importância de envolver a comunidade nos seus projetos devido a necessidade de ter um vínculo com a mesma, para que todos se responsabilizem pelo ambiente em qual vivem.

Todos os projetos que foram encontrados no PPP ou citados na entrevista não definiram resultados esperados, entretanto apresentam objetivos que direcionam o desenvolvimento do projeto, assim na perspectiva de trabalho, todos poderiam estar sendo desenvolvidos.

Este trabalho deixa evidente que ocorre uma necessidade das escolas elaborarem projeto político-pedagógico próprio e estes devem estar em constante revisão para acompanhar as necessidades da escola, compreender o papel das mesmas em relação à formação social e ambiental, portanto, a instituição de ensino deve conhecer a realidade da comunidade em que está inserida, a proposta curricular que embasa o PPP, a composição curricular com vínculo no desenvolvimento social e também instruída pelos diversos segmentos que estruturam o sistema. É notável também a importância dos projetos de trabalho delineados dentro do PPP e voltados à *práxis* educativa proposta pela escola. Desta forma, o desenvolvimento deste trabalho precede muitos outros, afinal este levantamento não possibilita avaliar como os projetos estão sendo desenvolvidos e aceitos pela comunidade escolar ou externa.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.**

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Secretaria da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio.** 2000.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto imagem e som: um manual prático.** Petrópolis: Vozes, 2002.

DIAS, G. F. **Elementos para Capacitação em Educação Ambiental.** Ilhéus: Editus, 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia.** Saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, M. **Autonomia da escola: princípios e propostas.** São Paulo. Ed Cortez. 1997.

HERNÁNDEZ, F. **Transgressão e mudança na Educação.** Os projetos de trabalho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

HERNÁNDEZ, F.; VENTURA, M. **A organização do currículo por projetos de trabalho – O conhecimento é um caleidoscópio.** 5ª Ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

KLEIN, J, T. Ensino interdisciplinar: didática e teoria. In: FAZENDA, I. C. A. (Org.). **Didática e interdisciplinaridade.** 7ª Ed. Campinas. SP: Papirus, 1998 – (Coleção Práxis) p. 109 – 132.

LENIOR, Y. Didática e interdisciplinaridade: uma complementaridade necessária e incontornável. In: FAZENDA, I. C. A. (Org.). **Didática e interdisciplinaridade**. 7ª Ed. Campinas. SP: Papyrus, 1998 – (Coleção Práxis) p. 45 – 76.

LOURENÇO, A. *et al.* Projeto Pedagógico: concepções e demandas de questões atuais. **Rev. PEC**, Curitiba, v.3, n.1, p.1-10, jul. 2002 – jul. 2003.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda, 1986.

MONFREDINI, I. O projeto pedagógico em escolas municipais: análise da relação entre a autonomia e manutenção e/ou modificação de práticas escolares. **Rev. Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.28, n.2, p. 41-56, jul./dez. 2002.

OLIVEIRA, E. M. **Educação ambiental, uma possível abordagem**. 2.ed. Brasília: Ed. IBAMA, 2000.

PÁDUA, S. M. **Conceitos para se fazer educação ambiental**. Secretaria do Meio Ambiente, Coordenadoria de Educação Ambiental. 3ª ed. São Paulo, 1999.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares de Ciências para a Educação Básica**. Curitiba, 2006.

PIRES, M. F. C. Multidisciplinaridade, Interdisciplinaridade, e transdisciplinaridade no Ensino. **Rev. Interface – comunicação, saúde, educação**. v.2, n.2, p. 173-182, fevereiro. 1998.

SANTOS, V. M. N.; COMPIANI, M. Formação de professores para o estudo do ambiente: projetos escolares e a realidade socioambiental local. In: I Simpósio de Pesquisa em Ensino e História de Ciências da Terra e III Simpósio Nacional Sobre Ensino de Geologia no Brasil. **Anais...** Campinas, SP. Setembro, 2007.

SEVERINO, J. A. O conhecimento pedagógico e a interdisciplinaridade: o saber como intencionalização da prática. In: FAZENDA, I. C. A. (Org.). **Didática e interdisciplinaridade**. 7.ed. Campinas. SP: Papyrus, 1998 – (Coleção Práxis) p. 31–44.

SILVA, M. A. Do Projeto político do Banco Mundial ao Projeto Político-pedagógico da escola pública brasileira. **Cad. Cedes**, Campinas, v.3, n. 61, p.283-301, dezembro, 2003.

VEIGA, I. P. A. Inovações e Projeto Político-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória? **Cad. Cedes**, Campinas, v. 23, n. 61, p. 267-281, dezembro 2003.

\_\_\_\_\_, **Projeto Político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas, São Paulo. Papyrus 1995 – (Coleção Magistério: Formação e trabalho pedagógico).